

Alguns apontamentos teóricos e conceituais para reflexões em governança eletrônica por meio de mapas bibliométricos e revisão sistemática

RESUMO

A governança eletrônica tem sido explorada na literatura durante algum tempo, entretanto, carecem estudos que auxiliem a compreender a evolução do conceito e o estado da arte. Assim, visando suprir essa lacuna este estudo realiza uma análise bibliométrica e revisão sistemática das publicações indexadas na *Web of Science* durante um período de 20 anos (2000-2020) com o auxílio do software *VOSviewer*. Os dados convergem para pesquisas em governança eletrônica com enfoque para a sustentabilidade e para reflexões acerca do aprendizado, ação governamental, engajamento do cidadão nas decisões públicas e o apoio do público das agências governamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias de Informação e Comunicação. Interação. Participação. Governo.

Lucas Braga da Silva
Universidade Federal do Tocantins,
Palmas, Tocantins, Brasil
lucasilva119@mail.uft.edu.br

Mônica Aparecida da Rocha Silva
Universidade Federal do Tocantins,
Palmas, Tocantins, Brasil
monicars@mail.uft.edu.br

Lia de Azevedo Almeida
Universidade Federal do Tocantins,
Palmas, Tocantins, Brasil
lia.almeida@uft.edu.br

INTRODUÇÃO

A literatura destaca a governança eletrônica como essencial para aprimorar a qualidade, eficiência e eficácia da administração pública, servindo como um pilar para promover uma boa governança. A governança, que envolve a tomada e a execução (ou não) de decisões, é moldada por relações políticas e socioeconômicas fundamentadas em princípios de democracia, confiança, justiça e honestidade. Nesse contexto, a governança eletrônica é impulsionada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) com o objetivo de aumentar a transparência, a responsabilidade e a participação (KALSI; KIRAN, 2015; BALA; VERMA, 2018). Em outras palavras, a governança influencia “a política, as políticas e os programas” governamentais (GHARAIBEH et al., 2024, p. 3).

A relação entre ciência, tecnologia e sociedade é um passo importante para entender o impacto da governança eletrônica. As TICs são fruto de um intrincado processo de desenvolvimento científico e tecnológico, que está ligado às estruturas sociais e políticas. A eficácia da governança eletrônica depende de como essas tecnologias são criadas e aplicadas em contextos sociais e políticos específicos. Enquanto a ciência e a tecnologia introduzem novos métodos para coletar, analisar e compartilhar informações, as dinâmicas sociais e políticas influenciam a aceitação, adaptação e sucesso dessas tecnologias. Para Myeong e Bokhari (2023), a governança eletrônica não reflete apenas os avanços tecnológicos e científicos, mas também as mudanças nas estruturas sociais que buscam maior transparência, eficiência na administração pública e integração das necessidades das pessoas e da comunidade.

Com relação à governança eletrônica, foram desenvolvidas pesquisas de revisão sistemática envolvendo a percepção dos cidadãos sobre os serviços de governança eletrônica (SUMATHY, 2020), revisão sobre análise de dados para governança eletrônica na agricultura e saúde (NEGI; BHAVSAR, 2019), revisão da literatura na área de governança eletrônica utilizando abordagem de classificação (SINGH; SAHU, 2018), revisão sobre o papel das tecnologias de informação e comunicação na governança eletrônica (DEKA; ZAIN; MAHANTI, 2012), análise da produção científica brasileira sobre os desafios no uso de tecnologias na governança eletrônica (NEVES et al., 2019), estudo cienciométrico sobre conceitos de termos utilizados em pesquisas sobre cidades inteligentes e governança eletrônica (KABANOV; CHUGUNOV, 2019), mas nenhuma delas tratou de análise bibliométrica do tema e da utilização do software *VOSviewer*, o que torna uma lacuna interessante a ser explorada, pelo fato de oferecer um mapeamento acerca das tendências da literatura do campo em questão em relação a autores, citações, periódicos e temáticas, lacunas, entre outros.

Desta forma, este estudo realiza um mapeamento bibliométrico e revisão sistemática da literatura do tema governança eletrônica com o auxílio do software *VOSviewer*, considerando as publicações indexadas na Web of Science, em um período de 20 anos (2000-2020). Para tanto, o problema de pesquisa concentrou-se em responder as seguintes questões: Como o tema governança eletrônica tem evoluído em relação à produção científica? Quais os temas, conceitos e lacunas evidenciados pela literatura?

Para responder às perguntas, primeiro são considerados os mapas bibliométricos oferecidos pelo software: redes de coautoria de autores, coautoria de países, cocitação de fontes e de acoplamento bibliográfico de documentos. A segunda: redes de coocorrência de palavras-chave do autor e leitura sistemática dos principais artigos do acoplamento bibliográfico.

No restante deste artigo, primeiro é discutido sobre governança eletrônica. Em seguida, são fornecidos os métodos utilizados no artigo. Logo após, os mapas bibliométricos realizados por meio do *VOSviewer* e as respectivas análises. Finalmente, as considerações finais e sugestões para pesquisas futuras.

GOVERNANÇA ELETRÔNICA

As novas tecnologias estão sendo cada vez mais utilizadas para apoiar as interações entre governo e *stakeholders* (agências governamentais, funcionários, empresas e cidadãos) (ABBAS et al., 2024). Essas interações, realizadas por meio de mecanismos eletrônicos, são denominadas governança eletrônica (ALATHMAY, 2015; MEIJER, 2015). A digitalização, aqui representada pela governança eletrônica é uma revolução social, que afeta as estruturas sociais, econômicas e ambientais e promove transformações em relação aos paradigmas sociais (ABBAS et al., 2024; LYULYOV et al., 2024).

O termo começou a ser utilizado no final dos anos 1990, período que marca o início da integração de tecnologias e sistemas de informação nos processos governamentais (ZHAO; YAAKOP, 2024). A governança eletrônica busca envolver o cidadão nas decisões do governo (KALSI; KIRAN, 2015) e promover a colaboração na formulação de políticas e serviços (MEIJER, 2015). Ela facilita a formação de opinião pública, proporciona acesso à informação para pressionar o governo sobre questões específicas e tem o potencial de aumentar a participação cidadã (CHADWICK, 2003). Além disso, contribui para o combate à pobreza e para o desenvolvimento (MASIERO, 2015).

A incerteza da definição dos termos governança eletrônica e governo eletrônico é apontada por Bannister e Connolly (2012), Grigalashvili (2022), Meijer (2015) e Ribeiro e Carniello (2021) como uma crítica, uma vez que ambos são tratados como sinônimos e em alguns casos não. A governança eletrônica é descrita como “o mecanismo baseado na tecnologia da informação para dirigir e regular as iniciativas e atividades do governo eletrônico” (GHARAIBEH et al., 2024, p.3). A inovação nos âmbitos institucional e tecnológico são motores para o envolvimento dos cidadãos nos processos de políticas públicas e de tomada de decisão e a satisfação dos *stakeholders* (MYEONG; BOKHARI, 2023) e permite a coprodução de serviços públicos na governança eletrônica (MEIJER, 2015). Em contraste, o governo eletrônico possui uma perspectiva mais voltada para o consumo destes serviços (MEIJER, 2015), uma vez que foca na aplicação das tecnologias nos processos de informação e comunicação do governo para fins de eficiência e efetividade em suas transações com os públicos de interesse (SANTOS; SOUZA, 2021). Muitas vezes, o cidadão é visto como um consumidor e não como parte do processo (MEIJER, 2015).

Embora as tecnologias de informação e comunicação sejam realidade nos governos, é preciso colocar o cidadão como parte das decisões governamentais e

não apenas como um usuário, mas um cliente com necessidades que carecem de atenção. Por isso a necessidade de pensar maneiras de inclui-los nos espaços de prestação de serviços, participação e interação on-line (KALSI; KIRAN, 2015).

Essa visão de que o cidadão é apenas um usuário dos serviços do governo precisa ser mudada. Quando se fala com esse sentido a impressão é de que ele é muito passivo e não assume um papel ativo no processo. O cidadão deve ser estimulado a engajar nas decisões públicas e de estar presentes nos momentos destinados para tal. Meijer (2015) defende a ideia de que os serviços públicos embora diferentes em alguns aspectos quando comparados aos privados, precisam assumir um espírito de venda interna no sentido de obter o apoio dos funcionários e externa no sentido de obter o apoio dos cidadãos. Retomando as ideias do autor, ele enfatiza as dificuldades do uso das tecnologias por parte do cidadão e do governo quanto ao engajamento dos cidadãos em seus processos. Por isso a necessidade de esboçar estratégias e analisar as barreiras para colocar em prática a governança eletrônica.

Como apontado por Chadwick (2003), o conceito de governança eletrônica é esboçado a partir dos conceitos de cidadania e democracia e, um tipo de governança que, com o auxílio das tecnologias de informação e comunicação é possível a criação de espaços on-line para a participação da sociedade civil e a manifestação política no processo de políticas públicas. Com isso é possível empoderar os cidadãos a questionar as decisões do governo e a trazer questões de interesse coletivo para a pauta da agenda pública em primeiro plano (DEKA; ZAIN; MAHANTI, 2012). Para Bannister e Connolly (2012), a governança eletrônica para ser significativa deve promover alguma mudança em relação a estruturas, *stakeholders*, dados, processos e normas.

Cabe destacar a contribuição dos dispositivos móveis e *smartphones*, *internet* móvel e as redes sociais, uma vez que permitem a projeção da voz da comunidade nas decisões públicas. As redes sociais podem ser vistas como um amplificador de opinião, com um nível de resposta rápido e capazes de chamar a atenção dos atores públicos de modo mais eficaz do que a mídia convencional (HARMONO, 2024). O Twitter, o Facebook e os sites têm contribuído para a participação e comunicação nas deliberações públicas. Os sites são ferramentas úteis para encorajar o público a participar das arenas de debates públicos é o site. Esses sites corroboram para que os cidadãos conectados à internet tenham acesso à informação antes de expressar sua opinião. Contudo, é importante não deixar de lado os cidadãos que não estão conectados pelas TICs (SINCLAIR; PEIRSON-SMITH; BOERCHERS, 2017).

Chadwick (2003) explica que um dos benefícios das ferramentas digitais de consulta é a comunicação. Possibilita a comunicação da opinião dos cidadãos ao governo. Com o uso das TICs e a sua rapidez em transmitir mensagens e informações, os governos podem buscar a opinião de grupos da sociedade com relação a assuntos específicos para orientar a gestão de políticas públicas. Também é importante lembrar da informação e do seu potencial de fornecer políticas públicas melhores e uma gestão de qualidade (GUIMARÃES; MEDEIROS, 2005).

A governança eletrônica é construída a partir das relações entre governantes e governados, com vistas à integração de pessoas, processos, informações e tecnologia (SUMATHY, 2020), apoiar os serviços públicos e a administração governamental (DAWES, 2008). Além disso, corrobora para a os processos

democráticos, a responsabilidade, a transparência e a qualidade e a velocidade dos serviços (BALA; VERMA, 2018), e também, com a formulação e operacionalização de políticas públicas (DAWES, 2008; KALSI; KIRAN, 2015). A mediação dessas relações pela *internet* podem melhorar o potencial do Estado de entregar resultados para a sociedade e de formular as suas políticas (GUIMARÃES; MEDEIROS, 2005). Ao garantir acesso aos serviços, transparência, *accountability*, a governança eletrônica corrobora com o bem-estar social e atendimento do interesse público, com a vantagem competitiva (OLIVEIRA; SILVEIRA; BOENO, 2023) e, em última instância, com a eficiência e a eficácia da governança (ZHAO; YAAKOP, 2024).

É significativo enfatizar que o uso do termo “governança eletrônica” varia conforme o objetivo de cada autor, alternando a sua associação com cidades inteligentes (COE; PAQUET; ROY, 2001; MYEONG; BOKHARI, 2023), democracia eletrônica (CHADWICK, 2003), políticas públicas (DAWES, 2008), corrupção e pobreza (BHUIYAN, 2011), governo eletrônico inteligente e sustentabilidade (MYEONG; KWON; SEO, 2014), a um foco mais específico de atividade, como *e-openness e e-participation* (AL ATHMAY, 2015), boa governança (KALSI; KIRAN, 2015), segurança alimentar (MASIERO, 2015), inovação (MEIJER, 2015), avaliação de impacto ambiental (SINCLAIR; PEIRSON-SMITH; BOERCHERS, 2017), sustentabilidade na gestão de dados (ABBAS et al., 2024), mídias sociais e *accountability* (HARMONO, 2024), entre outros.

Apesar de existir algumas publicações sobre a governança eletrônica na literatura (ABBAS et al., 2024; ABD-ALKAREEM; FAISAL, 2024; GHARAIBEH et al., 2024; HARMONO, 2024, LYULYOV et al., 2024), ainda assim, revisões recentes indicam que esta tem recebido menos destaque nas redes de pesquisa em comparação com o governo eletrônico (ZHAO; YAAKOP, 2024). Isso evidencia a necessidade de desenvolver pesquisas adicionais para criar definições que esclareçam as distinções conceituais entre os dois termos (GRIGALASHVILI, 2022). Entre os principais temas e lacunas, tem-se engajamento do cidadão, sustentabilidade e adoção de tecnologias nos processos de governança eletrônica (ABBAS et al., 2024). Além disso, observa-se um interesse crescente em temas relacionados como governo digital, transformação digital, governança digital e governança sustentável (ZHAO; YAAKOP, 2024), sugerindo a necessidade de mais estudos para explorar e abordar essas tendências emergentes.

A pesquisa empírica sobre o tema mostra que a governança eletrônica pode melhorar a qualidade das decisões estratégicas, por meio da atualização constante de dados e informações em sites governamentais e da aplicação das leis e regulamentos e de punições em relação aos processos organizacionais (ABD-ALKAREEM; FAISAL, 2024). Além disso, outra pesquisa revela uma correlação entre a governança eletrônica colaborativa e a criação de valor público nos serviços públicos, em um alinhamento com a responsividade, a transparência e a entrega de serviços públicos. Isso, por sua vez, contribui para o fortalecimento do valor público (PANDEY, 2024). No entanto, os resultados de Abdulnabi (2024, p. 7) mostram que a implementação da governança eletrônica em países em desenvolvimento enfrenta barreiras, como “politização, falta de valores profissionais e o impacto da instabilidade política”, o que prejudica o “desenvolvimento de um serviço público forte e voltado para resultados”.

Para Bhuiyan (2011), a melhor maneira de colocar em prática a governança eletrônica é melhorar o relacionamento entre governo e seus cidadãos. No

entanto, Meijer (2015) argumenta que, mesmo com o papel importante da governança eletrônica nos processos da administração pública, é preciso pensar no cidadão e em seu acesso a plataforma eletrônica. Como ele vai se envolver com as decisões das agências governamentais na produção de valores de interesse público. Pensar em estratégias de comunicação on-line para ajudar na interação. Motivações para acessar as plataformas digitais do governo (MEIJER, 2015).

Conforme interpretado por Al Athmay (2015), a governança eletrônica é uma nova forma de refletir sobre o acesso ao conhecimento e a informação a respeito do processo político e, também, de corroborar para uma participação mais ativa dos cidadãos neste processo. O foco está em transformações provocadas por meio das TICs no ambiente governamental. Provocar mudança no modo como os cidadãos se relacionam e se integram com as atividades dos governos e entre si.

Os avanços tecnológicos e as contribuições da governança eletrônica para as relações entre governo e sociedade e questões governamentais são apontadas por vários autores (COE; PAQUET; ROY, 2001; CHADWICK, 2003; DAWES, 2008; BHUIYAN, 2011; MYEONG; KWON; SEO, 2014; AL ATHMAY, 2015; KALSI; KIRAN, 2015; MASIERO, 2015; MEIJER, 2015; SINCLAIR; PEIRSON-SMITH; BOERCHERS, 2017). No entanto, é importante alertar que existem poucas evidências em relação às mudanças estruturais provocadas pela governança eletrônica (BANNISTER; CONNOLLY, 2012).

Outra questão a considerar é que a implementação da governança eletrônica perpassa desafios. Os desafios envolvem a capacidade das partes interessadas em lidar com as mudanças provocadas pelas tecnologias e não a tecnologia (DEKA; ZAIN; MAHANTI, 2012). E isso leva a questões como o não aproveitamento do potencial interativo dos espaços digitais, desigualdade entre os cidadãos quando do acesso aos *websites* governamentais e outras plataformas, discrepância dos municípios sobre a infraestrutura e a apropriação dos recursos tecnológicos, desobediência à legislação (NEVES et al., 2019).

Contudo, investir em soluções tecnológicas não é suficiente. Embora evidente a contribuição das TICs com o conhecimento e a informação, não são os únicos mecanismos necessários a governança eletrônica (KALSI; KIRAN, 2015). Isso exige criar uma cultura de confiança para o cidadão e não cidadão em relação ao governo, eliminar as distâncias e capacitar os cidadãos para participar dos processos políticos, disponibilizar mecanismo para *feedback* por parte dos cidadãos sobre propostas legislativas ou políticas e consultar o público de interesse quanto a concepção de sites e na inclusão de suas opiniões (AL ATHMAY, 2015). Para tanto, “é necessário fornecer treinamento não apenas para funcionários do governo, mas também para legisladores e público em geral” (GHARAIIBEH et al., 2024, p. 5). Além do mais, é preciso pensar o acesso dos usuários às tecnologias digitais e as suas competências de acesso, o próprio nível de acesso dos países a esses recursos e estratégias para minimizar esses problemas.

METODOLOGIA

O termo de pesquisa aplicado para identificar as publicações sobre governança eletrônica no banco de dados da *Web of Science* foi obtido por meio da seguinte palavra-chave: “*e-governance*”. Os tipos de publicações consideradas para a análise de dados foram: artigos. Os artigos foram recuperados em 13 de

julho de 2021. A busca resultou em 1063 artigos publicados na base da *Web of Science* de 2000 a 2020.

Para analisar os temas e tópicos discutidos pela literatura de governança eletrônica, utilizou-se o *VOSviewer*. Ele analisa os dados a partir da técnica de Visualização de Similaridade (VOS). O software pode ser utilizado para analisar a coautoria, coocorrência, citação, acoplamento bibliográfico, cocitação e temas. Ele é um software de construção e visualização de mapas bibliométricos (VAN ECK; WALTMAN, 2010).

Os mapas são criados, visualizados e explorados a partir de links. Os objetos de interesse são denominados de links. Os itens podem ser, por exemplo, documentos, periódicos ou autores. Um link significa que existe uma conexão ou relação entre dois itens. Exemplos de links são o acoplamento bibliográfico entre publicações, coautoria entre pesquisadores, coocorrência entre termos. O que determina a importância de um link é o tamanho do rótulo e seu círculo. Um item com um peso maior é visto como mais importante do que um com peso inferior. Nesse sentido, os itens são avaliados conforme a semelhança entre si. Cada tipo de análise determina a similaridade. Por exemplo, a força de um link pode indicar a quantidade de referências que dois artigos têm em comum (acoplamento bibliográfico), o número de artigos que existe colaboração entre dois autores (coautoria), ou a quantidade de artigos que dois termos são citados de forma conjunta (coocorrência) (VAN ECK; WALTMAN, 2010).

A pesquisa na base Web of Science foi guiada por critérios de inclusão e exclusão. O primeiro passo foi a busca por tópicos (título, resumo e palavras-chave) que identificou 1.063 publicações. O segundo, a busca apenas por título que resultou em 384 publicações. O terceiro, a exclusão do ano de 2021 por não ter finalizado as edições anuais e teve 379 publicações. O quarto, a inclusão de artigos publicados em revistas e teve um total de 115 (amostra para a análise bibliométrica). Por fim, a visualização e análise dos mapas bibliométricos disponibilizados pelo software.

DESENVOLVIMENTO (RESULTADOS)

Rede de coautoria de autores

A rede de coautoria (ver figura 1) foi formada por 115 publicações de autoria de 231 autores. Destes, cerca de 8 publicaram mais do que 3 artigos. Os autores com maior número de artigos publicados foram Hooda (4 publicações) e Singla (5 publicações). Os demais, publicaram 2 ou 3 vezes sobre o tema. Paquet e Roy foram os mais citados, cada um com 251 citações e força do link de 2. Anand e Roni tiveram link de citações igual a 9, o que representa o maior. Neste sentido, a força de link indica o nível de colaboração entre os autores, aqueles pesquisadores que trabalham juntos. As pesquisas tendem a citar os artigos/autores com mais citações e não na colaboração. Assim, é possível observar que existe pouca colaboração. Os links ocorrem dentro de um grupo limitado de pesquisadores.

Figura 1. Rede de coautoria de autores

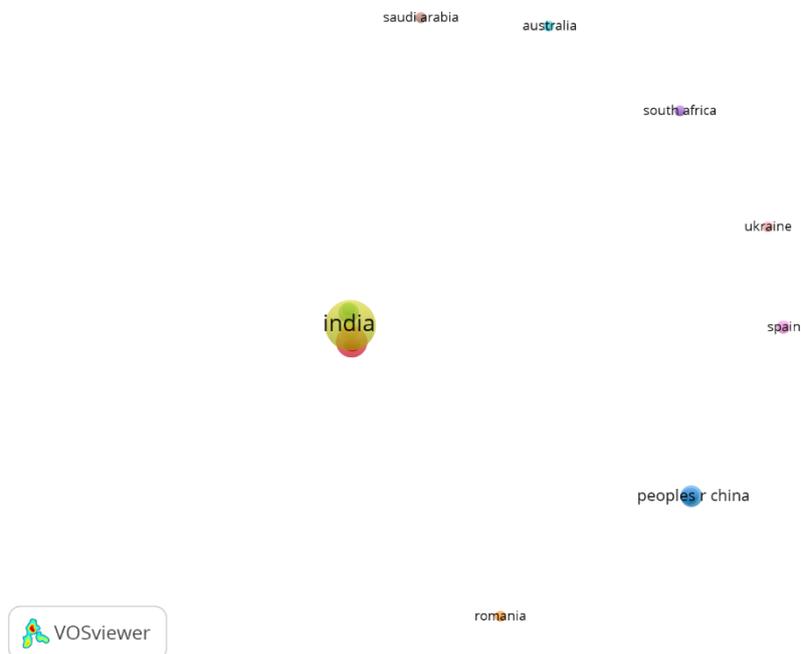


Fonte: VOSviewer (2021)

Rede de coautoria de países

É possível verificar que 36 países tiveram publicações e que apenas o cluster da Índia está mais evidente. Por meio da análise da rede de coautoria de país (ver figura 2), nota-se que a colaboração entre os países é baixa. Isso fica evidente devido ao fato de existir poucas ligações entre os países. O nível de publicação entre os países precisa ser mais estimulado na academia.

Figura 2. Rede de coautoria de países

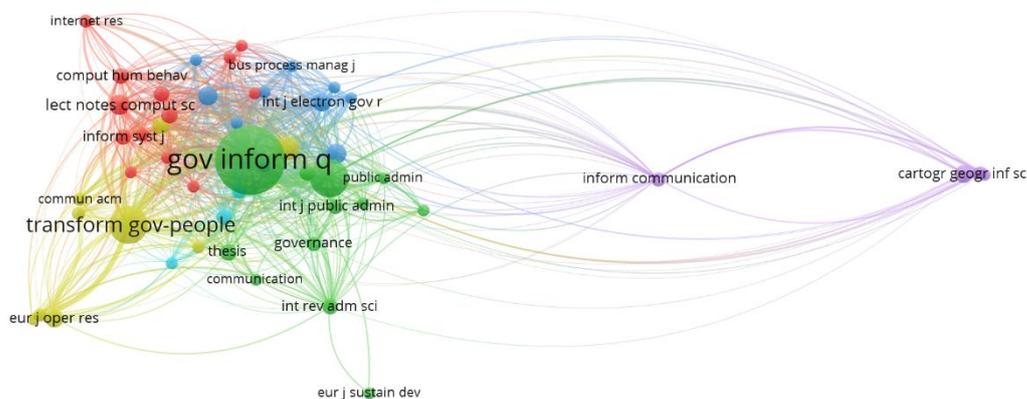


Fonte: VOSviewer (2021)

Rede de cocitação de fontes

O mapa de cocitação de fontes (ver figura 3) indica a disseminação da literatura sobre governança eletrônica. Os círculos representam os periódicos com publicações sobre o tema. Os links entre dois periódicos indicam que existe citação em conjunto. O periódico considerado mais influente é o *Government Information Quaterly*. Identificou-se 6 clusters. Estavam inclusos periódicos das áreas de computação, informação, sistemas de informação e tecnologia (vermelho), comunicação, governo eletrônico, desenvolvimento sustentável, governança, administração pública (verde), governança eletrônica e consumo (azul escuro), gestão da informação (amarelo), cartografia da comunicação (roxo) e gestão pública (azul claro).

Figura 3. Rede de cocitação de fontes

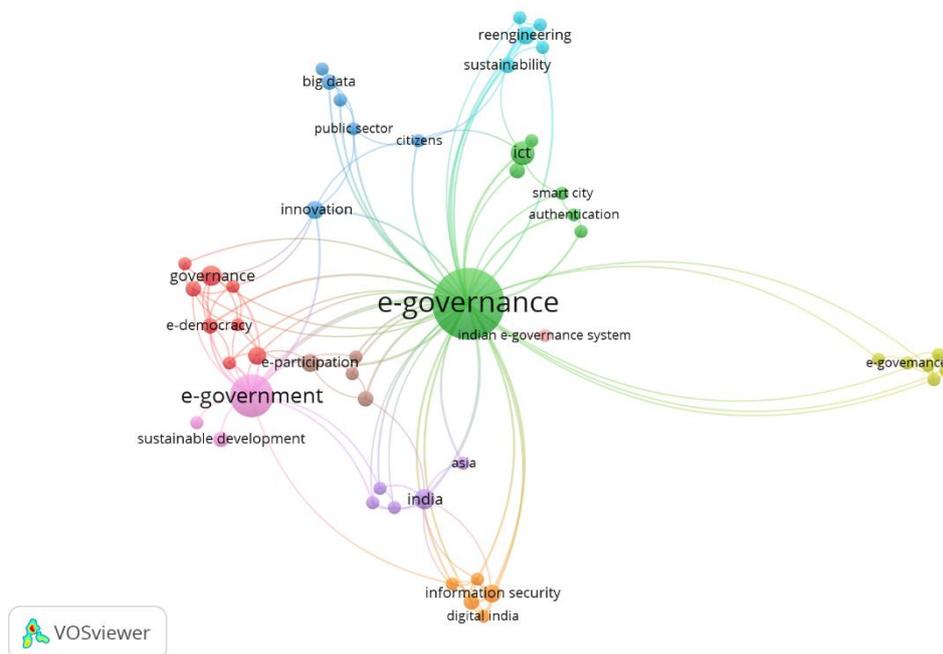


Fonte: VOSviewer (2021)

Rede de coocorrência de palavras-chave do autor

Existem 377 palavras-chave (ver figura 4) e 9 grupos de tópicos mais se destacaram. O primeiro (vermelho) trata da e-democracia em redes sociais. O segundo (verde) da governança eletrônica sustentável. O terceiro (azul escuro) da inovação de dados no setor público. O quarto (amarelo) do uso de métodos qualitativos e etnografia na governança eletrônica. O quinto (roxo) da adoção de tecnologias por países em desenvolvimento. O sexto (azul claro) de estratégias de reengenharia para a sustentabilidade. O sete (laranja) da segurança da informação. O oito (marrom) da participação eletrônica na administração pública. O nono (rosa) do governo eletrônico voltado ao desenvolvimento sustentável. Com a análise dos dados, foi possível perceber que o tema sustentabilidade tem se destacado nas pesquisas sobre governança eletrônica.

Figura 4. Rede de co-ocorrência de palavras-chave do autor

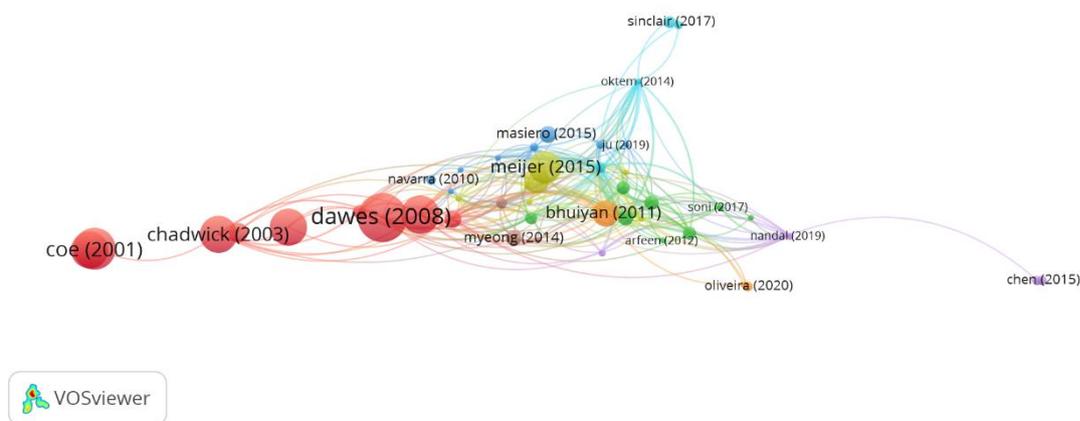


Fonte: VOSviewer (2021)

Rede de acoplamento bibliográfico de documentos

O acoplamento bibliográfico (ver figura 5) ocorre quando dois documentos citam o mesmo documento. Ajuda a compreender os artigos e autores centrais e periféricos dentro de um tema. O tamanho do círculo está relacionado à força de citação do documento. Quanto maior o círculo, mais pontuação de citação ele tem a seu crédito. Neste sentido, Dawes (2008), Coe (2001), Chadwick (2003), Meijer (2015) e Bhuiyan (2011) demonstraram maior força com relação aos links de citação. O quadro 1 mostra o ranking de publicações com maior destaque. O quadro 2 mostra a operacionalização do conceito de governança eletrônica.

Figura 5. Rede de acoplamento bibliográfico de documentos



Fonte: VOSviewer (2021)

Quadro 1. Ranking de publicações com mais destaque no acoplamento bibliográfico

1. DAWES, S. S. The Evolution and Continuing Challenges of E-Governance. **Public Administration Review**, v. 68, n. 1, p. 86-102, 2008.
2. COE, A; PAQUET, G.; ROY, J. E-Governance and Smart Communities: A Social Learning Challenge. **Social Science Computer Review**, v. 19, n. 1, p. 80-93, 2001.
3. CHADWICK, A. Bringing E-Democracy Back In: Why it Matters for Future Research on E-Governance. **Social Science Computer Review**, v. 21, n. 4, p. 443-455, 2003.
4. MEIJER, A. E-governance innovation: Barriers and strategies. **Government Information Quarterly**, v. 32, n. 2, p. 198-206, 2015.
5. BHUIYAN, S. H. Modernizing Bangladesh public administration through e-governance: Benefits and challenges. **Government Information Quarterly**, v. 28, n. 1, p. 54-65, 2011.
6. MASIERO, S. Redesigning the Indian Food Security System through E-Governance: The Case of Kerala. **World Development**, v. 67, p. 126-137, 2015.
7. MYEONG, S.; KWON, Y; SEO, H. Sustainable E-Governance: The Relationship among Trust, Digital Divide, and E-Government. **Sustainability**, v. 6, n. 9, p. 6049-6069, 2014.
8. AL ATHMAY, A. A. A. R. A. Demographic factors as determinants of e-governance adoption: A field study in the United Arab Emirates (UAE). **Transforming Government: People, Process and Policy**, v. 9, n. 2, p. 159-180, 2015.
9. KALSI, N. S.; KIRAN, R. A strategic framework for good governance through e-governance optimization: A case study of Punjab in India. **Program: electronic library and information systems**, v. 49, n. 2, p. 170-204, 2015.
10. SINCLAIR, A. J.; PEIRSON-SMITH, T. J.; BOERCHERS, M. Environmental assessments in the Internet age: the role of e-governance and social media in creating platforms for meaningful participation. **Impact Assessment and Project Appraisal**, v. 35, n. 2, p. 148-157, 2017.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

O artigo de Dawes (2008) traz um enfoque para o desenvolvimento da governança eletrônica nos estados americanos e governos locais. O autor examinou cinco aspectos da governança eletrônica: político, serviços públicos, operações governamentais, processos democráticos e reformas administrativa e institucional. O estudo mostra dados e informações importantes para a governança eletrônica. Os serviços públicos e as operações governamentais tiveram mais investimento e foram aprimoradas. O desenvolvimento político teve avanços em várias frentes e as preocupações também aumentaram. Os processos democráticos e as reformas administrativa e institucional foram os que tiveram menor progresso. O autor reconhece a importância da governança eletrônica para o aprendizado e a ação.

Um outro artigo fornece um mapeamento preliminar a respeito do funcionamento de comunidades inteligentes e das novas estruturas de governança canadense. O desafio é reconhecer a convergência de tecnologia como necessária para a comunidade inteligente. A governança eletrônica caminha para a convergência de tecnologias e de interesses com vistas a eficácia e eficiência da gestão. O envolvimento dos cidadãos no compartilhamento e tomada de decisões é vital para a eficácia da governança. A chave para o sucesso é a colaboração entre os setores e membros da sociedade (COE; PAQUET; ROY, 2001).

O estudo de Chadwick (2003) reconhece o potencial de vincular a democracia eletrônica com o governo eletrônico local e nacional e afirma ser uma meta alcançável e difícil de ser colocada em prática. O autor descreve ainda que os efeitos da democratização da democracia eletrônica e do governo eletrônico convergem para quatro áreas principais: consultas *on-line* com vistas a integrar a sociedade civil com as burocracias e legislaturas, a democratização do setor público, o envolvimento dos cidadãos na concepção e prestação de serviços públicos, e a difusão da colaboração em código aberto em instituições públicas. O autor destaca a importância da democracia eletrônica e do governo eletrônico para a governança eletrônica e para remodelar a governança, o estado e a democracia.

Meijer (2015) explica que existem muitas pesquisas envolvendo o governo eletrônico e poucas sobre governança eletrônica. O autor se propôs a analisar a inovação da governança eletrônica para envolver os cidadãos no trabalho policial na Holanda. Para o sucesso da inovação da governança eletrônica é necessário apoio da agência governamental e dos cidadãos. É preciso assumir um espírito de venda interna (funcionários) e externa (cidadãos).

Em sua pesquisa sobre Bangladesh, Bhuiyan (2011) examina o papel da governança eletrônica no processo de modernização da administração pública. Ele enfoca a prestação de serviços eficientes e eficaz aos cidadãos e considera seu potencial para controlar a corrupção e reduzir a pobreza. Corrupção e pobreza são fatores que afetam a vida de milhões de pessoas e que possui efeito na qualidade da governança. Sugere-se que a governança eletrônica pode contribuir com a corrupção e a redução da pobreza, assim como oferece boas oportunidades para a prestação de serviços para os cidadãos.

Masiero (2015) realiza um estudo de caso do Sistema de Distribuição Pública em Kerala. O programa é voltado a segurança alimentar. Consiste na compra de bens de primeira necessidade a preços subsidiados. O autor enfoca a adoção da governança eletrônica a fim de incorporar a luta do governo contra a “máfia do

arroz” (desvio das commodities para fins lucrativos). Por se tratar do mecanismo de segurança mais importante da Índia, o uso de tecnologias digitais é de suma importância. Dois pontos merecem mais destaque: a cobertura parcial do abastecimento do programa e não atua na causa do problema.

Myeong; Kwon e Seo (2014) examinam a correlação entre a qualidade do governo eletrônico e a confiança no governo em regiões metropolitanas de Seul. Assim, os autores consideram a sustentabilidade importante e que a confiança pode favorecer a governança eletrônica sustentável. Uma abordagem interessante trazida pelos autores é a do governo eletrônico inteligente. Importante destacar que o governo eletrônico é a ponte para colocar em prática a governança eletrônica. Identificaram correlação parcial e a necessidade de pensar na segurança de dados.

O artigo de Al Athmay (2015) mediu o impacto dos fatores demográficos sobre aspectos específicos da governança eletrônica realizada pelos Emirados Árabes Unidos. O autor investigou as dimensões *e-openness* e *e-participation*. As variáveis demográficas consideradas foram gênero, idade, nível educacional, nacionalidade e tipo de emprego. Com exceção de nacionalidade, as demais variáveis demográficas demonstraram diferença entre os respondentes da governança eletrônica. Alguns participantes percebem a dimensão *e-openness* como satisfação moderada e a *e-participation* teve menos participação. É preciso por parte dos formuladores de políticas e tomadores de decisão uma compreensão sobre as necessidades dos cidadãos tendo em vista reconceituar os sites governamentais.

Outros autores estudam se as TICs podem contribuir com os objetivos da boa governança. O estudo foi realizado em Punjab na Índia. O foco está em entender a visão das várias partes interessadas. Assim, foi possível verificar que a governança eletrônica pode contribuir com a boa governança. A maioria dos cidadãos acredita no poder das TICs e deseja acessar os serviços de governança eletrônica. Foram identificados fatores que causam dor e assédio aos cidadãos: capacidade de resposta em atraso, infraestrutura pública precária e sua manutenção. Outros fatores foram apontados como de sucesso: conveniência e experiência dos cidadãos, redução da corrupção, melhoria da transparência e a disponibilidade de serviços considerando a população em geral (KALSI; KIRAN, 2015).

Por fim, Sinclair; Peirson-Smith e Boerchers (2017) exploram a evolução do uso da governança eletrônica e mídias sociais no contexto da avaliação de impacto ambiental e, portanto, sua contribuição para participação pública mais significativa. Evidenciaram que a governança eletrônica é usada como uma maneira de compartilhar informações e não para o diálogo. Também descobriram que as mídias sociais são utilizadas pelos grupos de interesse para compartilhar informações, assim como para organização e contribuições para o caso em questão.

Com base nesses resultados, é possível perceber uma pluralidade de áreas que pesquisam sobre governança eletrônica.

Embora o governo eletrônico seja complementar em relação à governança eletrônica (GUIMARÃES; MEDEIROS, 2005; MYEONG; KWON; SEO, 2014), as abordagens teóricas e os autores para os dois conceitos são diferentes, e isso pode ser demonstrado pela pesquisa de Santos e Souza (2021) que empreenderam uma análise da produção científica e tendências para o campo dos estudos em governo eletrônico e também pelos achados dessa pesquisa.

O quadro 2 mostra os principais autores e as suas operacionalizações para o conceito de governança eletrônica.

Quadro 2. Operacionalização do conceito de governança eletrônica

Item	Autor(es)	Operacionalização do conceito
1	Dawes (2008)	A governança eletrônica, envolvendo a interação entre os cidadãos, a sociedade civil, o setor privado e o Estado e também os canais de participação on-line, tendem a ampliar, relativamente, a dinâmica para o aprendizado e a apoiar e melhorar as políticas públicas e operações governamentais.
2	Coe; Paquet e Roy (2001, p. 84)	Embora a Internet possa não motivar todos os cidadãos a se engajarem ativamente na governança local, ela oferece uma oportunidade de participação mais direta e influência na tomada de decisões do governo. No mínimo, oferece canais adicionais para o fluxo de informações políticas.
.3	Chadwick (2003, p. 443)	O autor argumenta que as tecnologias de comunicação da informação digital (TICs) contemporâneas facilitam novas formas de formulação de políticas do setor público habilitadas pelo governo eletrônico que consagram algumas das normas e práticas importantes da democracia eletrônica.
4	Meijer (2015)	No caso da inovação em governança eletrônica, tanto os governos quanto os cidadãos precisam reconceituar suas interações para assumir uma posição favorável em relação às novas práticas sociotecnológicas. A inovação da governança eletrônica requer o retrabalho da organização, o desenvolvimento de novos sistemas tecnológicos, o desenvolvimento de formas de acesso para os cidadãos e as partes interessadas e o fortalecimento de suas capacidades.
5	Bhuiyan (2011)	O uso da prestação de serviços eletrônicos libera os cidadãos para se envolverem com os serviços públicos de acordo com sua própria conveniência, não apenas quando os escritórios do governo estão abertos.
6	Masiero (2015)	O foco são os processos de mudança induzidos pela governança eletrônica. Outro ponto interessante são as contribuições da governança eletrônica para o desenvolvimento de um país.
7	Myeong; Kwon; Seo (2014)	Os autores defendem o uso do governo eletrônico por uma sociedade inteligente. Uma sociedade mais ativa e participativa nos assuntos públicos. O governo inteligente está focado em fortalecer as parcerias entre os setores da sociedade. Fornece serviços de qualidade. Governo transparente facilita a comunicação, a participação e a confiança. Cabe destacar que o governo eletrônico é a ponte para alcançar a governança eletrônica.
8	Al Athmay (2015)	A governança eletrônica envolve novos estilos de liderança, novas maneiras de debater e decidir políticas e investimentos, novas maneiras de acessar a educação, novas maneiras de ouvir os cidadãos e novas maneiras de organizar e fornecer informações e serviços.

9	Kalsi; Kiran (2015)	É notável o poder de transformação das TICs no âmbito do governo. Um exemplo é a mudança de redes centralizadas, burocráticas, com foco em papel, impessoal, regras e desconectadas, para redes digitais, personalizadas, com foco no cliente e interconectados.
10	Sinclair; Peirson-Smith e Boerchers (2017)	O uso de ferramentas eletrônicas pelos tomadores de decisão, proponentes e participantes pode ser visto como uma maneira de o público de interesse entender o processo decisório em questão e contribuir com as decisões.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Considerando esses resultados, este artigo define a governança eletrônica como uma forma de participação e interação mediada pelas tecnologias de informação e comunicação, a fim de trazer os cidadãos para as arenas de debates digitais, ouvir os seus problemas, engajá-los nas decisões públicas, oferecer canais para o diálogo, e com isso gerar mais estoque de conhecimento e aprendizado para ser utilizado no processo de políticas públicas e ações governamentais.

Discussão

Os autores mais evidentes na rede de coautoria com relação ao número de trabalhos publicados foram Hooda e Singla e esses autores colaboram entre si. Os autores Anand e Roni foram os que tiveram mais força de colaboração. Paquet e Roy tiveram muitas citações e colaboração baixa. O que se percebe no geral é que a colaboração dos grupos de autores é limitada.

O *Government Information Quaterly* é o periódico com mais links de citações e considerado o mais influente no campo de publicações em governança eletrônica. Cabe destacar que esse periódico também recebe muitas publicações do tema governo eletrônico (SANTOS; SOUZA, 2021). Com a análise de cocitação de fontes, percebe-se que a governança eletrônica é um tema pesquisado tanto por estudiosos das áreas de ciências da informação, sistemas de informação quanto administração pública, sustentabilidade, ciências sociais, desenvolvimento e outras, e isso demonstra a multidisciplinaridade do campo, também apontado por Kabanov e Chugunov (2019).

O país com o maior número de links de colaboração é a Índia, que também é destacado por Zhao e Yaakop (2024) como uma forte colaboradora. Além da Índia, esses autores identificam a China, o Reino Unido e a Espanha como países dominantes em estudos sobre governança digital. Para Negi e Bhavsar (2019) o governo da Índia está investindo em novas tecnologias, robótica, inteligência artificial em diferentes áreas (saúde, agricultura, por exemplo) para o bem da sociedade. Também pelo objetivo ambicioso deste país em modificar as relações cidadão-governo em todos os nDlveis para o modo eletrônico (DEKA; ZAIN; MAHANTI, 2012). O interesse por pesquisas nesse país e envolvendo a governança eletrônica pode ocorrer devido a essa situação. Singh e Sahu (2018) destacam a necessidade de pesquisas sobre a implementação da governança eletrônica em países em desenvolvimento como a Índia. Paralelo a isso, Deka; Zain e Mahanti (2012) destacam o papel das tecnologias no crescimento e desenvolvimento

econômico dos países em desenvolvimento. Tais lacunas também foram evidenciadas no estudo de Gharaibeh et al. (2024).

O tema mais evidente na rede de coocorrência de palavras-chave é a sustentabilidade. Nesse sentido, Zhao e Yaakop (2024) apontam a governança sustentável como um tema de interesse crescente na academia. Myeong; Kwon e Seo (2014) e Sinclair e Peirson-Smith (2017) desenvolveram pesquisas com foco na questão ambiental. Para esses autores, a confiança no governo pode ser um fator positivo para a sustentabilidade ambiental e para isso requer uma gestão de dados mais integrada (MYEONG; KWON; SEO, 2014), e é preciso ter um cuidado em não apenas compartilhar informações, mas criar condições para o diálogo em relação às questões ambientais (SINCLAIR; PEIRSON-SMITH, 2017). A governança eletrônica promove caminhos para o governo atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e promover a sustentabilidade (ABBAS et al., 2024; LYULYOV et al., 2024). Foi possível identificar temas que podem guiar os estudos futuros em governança eletrônica: e-democracia, redes sociais, sustentabilidade, inovação de dados, uso de tecnologias por países em desenvolvimento, reengenharia, segurança da informação, participação eletrônica, e os seguintes métodos: qualitativos e etnografia.

Dawes (2008), Coe (2001), Chadwick (2003), Meijer (2015) e Bhuiyan (2011) foram os autores com maior força de citação na rede de acoplamento bibliográfico e isso os coloca como os principais autores sobre o tema. Tendo em vista os dez principais artigos evidenciados por essa rede e o ano de publicação dos trabalhos, pode-se constatar que o tema teve mais destaque na última década.

As sugestões de pesquisas dos principais autores da rede de acoplamento bibliográfico indicam as seguintes direções para pesquisas futuras: o potencial de envolvimento do cidadão e da sociedade civil, para consultas públicas e discursos políticos (DAWES, 2008), o envolvimento da comunidade inteligente com a governança (COE; PAQUET; ROY, 2001), análise qualitativa dos efeitos da democracia eletrônica e do governo eletrônico em relação à governança eletrônica (CHADWICK, 2003), compreensão acerca das barreiras e estratégias para a inovação em governança eletrônica (MEIJER, 2015), análise da governança eletrônica a partir de diferentes realidades de países e de aspectos como pobreza, corrupção e desenvolvimento (BHUIYAN, 2011).

Outras questões também são apontadas: explorar a aplicação da governança eletrônica e da informatização na segurança alimentar (MASIERO, 2015), investigar como a governança eletrônica sustentável e o governo eletrônico inteligente estão sendo utilizados pelos governos (MYEONG; KWON; SEO, 2014), investigar as atitudes e o comportamento dos cidadãos com relação à adoção de serviços eletrônicos por meio de grupos focais, usuários e não usuários dos serviços do governo (AL ATHMAY, 2015), análise da governança eletrônica com foco nos stakeholders em estados de diferentes países (KALSI; KIRAN, 2015) e investigar como a governança eletrônica e mídias sociais tem sido utilizada por governos de diferentes localidades em contextos específicos e como tem contribuído para uma participação mais efetiva (SINCLAIR; PEIRSON-SMITH; BOERCHERS, 2017).

O conceito de governança eletrônica é explorado pela literatura e recebe poucos enfoques quando comparado com governo eletrônico (MEIJER, 2015; RIBEIRO; CARNIELLO, 2021). Isso fica evidente nos resultados de um estudo de revisão sistemática, que revelou que o governo eletrônico é mais central nos

estudos, uma vez que a frequência de palavras-chave relacionadas ao governo eletrônico é de 1.129, em contraste com 192 palavras-chave para governança eletrônica (ZHAO; YAAKOP, 2024). O que é bastante nítido é que alguns autores trabalham esses conceitos como sinônimos e não são (BANNISTER; CONNOLLY, 2012; MEIJER, 2015; MYEONG; KWON; SEO, 2014). Os estudos futuros devem focar a clareza desses conceitos e reforçar a necessidade de uma estrutura conceitual em relação à governança eletrônica (BANNISTER; CONNOLLY, 2012). O governo eletrônico embora complementar à governança eletrônica são diferentes e merecem destaque na literatura (GRIGALASHVILI, 2022; GUIMARÃES; MEDEIROS, 2005).

Apesar de Chadwick (2003) considerar a democracia eletrônica e o governo eletrônico como importantes para a governança eletrônica, Bannister e Connolly (2012) complementam que os conceitos não devem ser confundidos e que cada um deve ser trabalhado de modo isolado, inclusive o próprio conceito de governança tradicional.

Portanto, é preciso um esforço dos pesquisadores para uma construção mais sólida do conceito de governança eletrônica e trabalhar em cima da clareza sobre os dois conceitos. Cabe destacar que a governança eletrônica vai além da oferta de serviços e considera acima de tudo formas de envolver e conversar com os cidadãos nas decisões públicas a partir dos meios digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito do artigo foi realizar uma análise bibliométrica e revisão sistemática acerca da governança eletrônica, no período de 20 anos (2000-2020), por meio da construção e visualização de mapas bibliométricos no *VOSviewer*, que constitui a sua principal contribuição, bem como uma visão abrangente da produção científica na área. Para tanto, foram utilizados os seguintes recursos do software: *co-authorship network of authors*, *co-authorship network of countries*, *co-citation network of sources*, *co-occurrence network of author keywords* e *bibliographic coupling network of documents*.

Sobre a rede de coautoria, Hooda, Singla foram os autores com maior número de artigos publicados. Entre os que tiveram mais força de colaboração estão Anand e Roni. Outros autores tiveram muitas citações e pouca colaboração (Paquet e Roy). Somente a Índia teve mais destaque na colaboração entre países. O mapa de cocitação indica que a disseminação da governança eletrônica ocorre com mais força no periódico *Information Government Quaterly*. Dawes (2008), Coe (2001), Chadwick (2003), Meijer (2015) e Bhuiyan (2011) foram os autores com maior força em relação aos links de citação.

Nesse sentido, os principais achados convergem para a importância da governança eletrônica para o aprendizado e a ação governamental e da necessidade de engajar os cidadãos em processos de participação e até mesmo de obter apoio interno das agências governamentais (funcionários) no processo decisório.

Com a análise das palavras-chave, observou-se insights de pesquisas voltados para e-democracia em redes sociais, governança eletrônica sustentável, inovação de dados no setor público, métodos qualitativos e etnografia na governança eletrônica, adoção de tecnologias por países em desenvolvimento, estratégias de

reengenharia para a sustentabilidade, segurança da informação, participação eletrônica na administração pública, governo eletrônico voltado ao desenvolvimento sustentável, e nesse sentido, o tema com mais destaque para pesquisa foi a sustentabilidade.

Os mapas bibliométricos evidenciam que as pesquisas possuem abordagens de diversas áreas do conhecimento, o que corrobora para ampliar a perspectiva de análise, e a observar o tema a partir de aspectos teóricos e práticos distintos, com contribuições da computação, sistemas de informação, administração pública, consumo, comunicação, governança, desenvolvimento sustentável, gestão da informação e gestão pública.

Os conceitos de governança eletrônica são operacionalizados a partir da interação entre cidadãos, sociedade civil, setor privado e governo. Tal interação é construída por meio de canais de participação on-line, que têm o potencial de ampliar a participação nas decisões públicas e na formulação de políticas. A inovação, com novos sistemas e formas de acesso, também desempenha um papel crucial, ao possibilitar a oferta de serviços eletrônicos de acordo com a conveniência dos cidadãos. Além disso, a governança eletrônica se concentra em processos que promovem o desenvolvimento de uma sociedade inteligente e ativa nos processos decisórios. Isso inclui novas formas de liderança, debates sobre políticas e investimentos, acesso à educação, e métodos inovadores para ouvir e atender às necessidades dos cidadãos. A mudança de redes centralizadas para redes descentralizadas, focadas no cliente e interconectadas, e o uso de ferramentas eletrônicas, contribuem para que o público compreenda melhor o processo decisório e participe mais efetivamente das decisões.

Cabe destacar lacunas de pesquisa voltadas ao engajamento do cidadão, envolvimento da comunidade inteligente, resultados obtidos com o uso democracia eletrônica e o governo eletrônico, uso de tecnologias para a inovação em contextos políticos diferentes e outras nações, corrupção e pobreza em países distintos, informatização na segurança alimentar, atitudes e o comportamento dos cidadãos com relação à adoção de serviços eletrônicos (on-line e off-line), análise focada nas partes interessadas, uso de mídias sociais para a participação.

Entre as limitações do estudo, destaca-se que, apesar da intenção de mapear bibliometricamente e sistematicamente o descritor "governança eletrônica", outras palavras-chave relacionadas não foram exploradas. Além disso, aspectos metodológicos e perspectivas variadas que poderiam enriquecer a análise não foram totalmente abordados. O estudo também pode ter excluído revistas relevantes que não estão indexadas na *Web of Science*, potencialmente perdendo pesquisas importantes sobre o tema.

Sugere-se que pesquisas futuras trabalhem a revisão bibliométrica sobre governança eletrônica a partir de contextos distintos, quais sejam, cidade inteligente, democracia eletrônica, políticas públicas, corrupção e pobreza, governo eletrônico inteligente e sustentabilidade, *e-openness* e *e-participation*, boa governança, segurança alimentar, inovação e avaliação de impacto ambiental. Além disso, uma outra opção é a construção de um modelo teórico baseado em pesquisa bibliográfica para estruturar e consolidar os conceitos de governança eletrônica.

Some theoretical and conceptual notes for reflections on electronic governance through bibliometric maps and systematic review

ABSTRACT

Electronic governance has been explored in the literature for some time, however, studies that help to understand the evolution of the concept and the state of the art are lacking. Thus, in order to fill this gap, this study performs a bibliometric and systematic analysis of publications indexed in the Web of Science over a period of 20 years (2000-2020) with the help of the VOSviewer software. The data converge to research in e-governance with a focus on sustainability and to reflections on learning, government action, citizen engagement in public decisions and public support from government agencies.

KEYWORDS: Information and Communication Technologies. Interaction. Participation. Government.

REFERÊNCIAS

- ABBAS, Q.; ALYAS, T.; ALGHAMDI, T.; ALKHODRE, A. B.; ALBOUQ, S.; NIAZI, M.; TABASSUM, N. Redefining governance: a critical analysis of sustainability transformation in e-governance. **Frontiers in big Data**, 7, p. 1-15, 2024.
- ABD-ALKAREEM, B.; FAISAL, M. Z. E-Governance and its Impact on Improving the Quality of Strategic Decision: An Analytical Study at Baghdad Investment Commission. **Journal of Economics and Administrative Sciences**, v. 30, p. 140, p. 272–290, 2024.
- ABDULNABI, S. M. Issues and challenges of implementing e-governance in developing countries: a comprehensive analysis of civil service models. **Cogent Business & Management**, v. 11, n. 1, p. 1-9, 2024.
- AL ATHMAY, A.. Demographic factors as determinants of e-governance adoption: a field study in the United Arab Emirates (UAE). **Transforming Government: People, Process and Policy**, v. 9, n. 2, p. 159-180, 2015.
- BALA, M.; VERMA, D. Governance to Good Governance through e-Governance - A critical review of Concept, Model, Initiatives & Challenges in India. **International Journal of Management, IT & Engineering**, v. 8, i. 10, p. 224–269, 2018.
- BHUIYAN, S. H. Modernizing Bangladesh public administration through e-governance: Benefits and challenges. **Government Information Quarterly**, v. 28, n. 1, p. 54-65, 2011.
- BANNISTER, F.; CONNOLLY, R. Defining e-governance. **e-Service Journal: A Journal of Electronic Services in the Public and Private Sectors**, Vol. 8, No. 2, p. 3-25, 2012.
- CHADWICK, A. Bringing e-democracy back in: Why it matters for future research on e-governance. **Social science computer review**, v. 21, n. 4, p. 443-455, 2003.
- COE, A.; PAQUET, G.; ROY, J. E-governance and smart communities: a social learning challenge. **Social science computer review**, v. 19, n. 1, p. 80-93, 2001.
- DAWES, S. S. The Evolution and Continuing Challenges of E-Governance. **Public Administration Review**, v. 68, i. 1, p. 86-102, 2008.
- DEKA, G. C.; ZAIN, J. M.; MAHANTI, P. ICT's role in e-Governance in India and Malaysia: A Review. **JNIT: Journal of Next Generation Information Technology**, v. 3, n. 1, p. 7 -16, 2012.
- GHARAIIBEH, Z. I. Y.; ALAZZAM, F. A. F.; SALIH, A. J.; ALDROU, K. K. A. R. Examinando desafios e perspectivas associados à implementação de proteções legais para governanças eletrônicas: uma perspectiva genérica de um país em desenvolvimento. **BBR. Brazilian Business Review**, v. 21, p. 1-15, 2024.

GRIGALASHVILI, V. E-government and E-governance: Various or Multifarious Concepts. **International Journal of Scientific and Management Research**, v. 5, n. 01, p. 183-196, 2022.

GUIMARÃES, T. de A.; MEDEIROS, P. H. R. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. **Cadernosebape.br**, v. 3, p. 01-18, 2005.

HARMONO, F. The role of social media in realizing accountability for the implementation of E-Governance. **Gema Wiralodra**, v. 15, n. 1, p. 627-633, 2024.

KABANOV, Y. A.; CHUGUNOV, A. V. Conceptualization of Terms Used in Smart Cities and E-Governance Research: A Scientometrics Study. **International Journal of Open Information Technologies**, v. 6, n. 11, p. 54-58, 2018.

KALSI, N. Singh.; KIRAN, R. A strategic framework for good governance through e-governance optimization: a case study of Punjab in India. **Program: electronic library and information systems**, v. 5, n. 2, p. 170-204, 2015.

LYULYOV, O.; PIMONENKO, T.; SAURA, J. R.; BARBOSA, B. How do e-governance and e-business drive sustainable development goals?. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 199, 123082, 2024.

MASIERO, S. Redesigning the Indian Food Security System through E-Governance: The Case of Kerala. **World Development**, V. 67, p. 126-137, mar. 2015.

MYEONG, S.; KWON, Y.; SEO, H. Sustainable e-governance: The relationship among trust, digital divide, and e-government. **Sustainability**, v. 6, n. 9, p. 6049-6069, 2014.

MYEONG, S.; BOKHARI, S. A. A. Building Participative E-Governance in Smart Cities: Moderating Role of Institutional and Technological Innovation. **Sustainability**, v. 15, n. 20, p. 1-23, 2023.

NEGI, A.; BHAVSAR, H. Review on Data Analytics for E-Governance in Agriculture and Healthcare in India. **International Journal of Advanced Science and Technology**, V. 28, N. 19, p. 730 – 736, 2019.

NEVES, M. P. B.; CORRÊA, M. I. S.; SOUZA, A. C. R. de.; MORAES, I. C. de. Os Desafios no Uso de Tecnologias na Governança Eletrônica: o que diz a produção acadêmica nacional?. **GESTÃO. Org**, v. 17, n. 8, p. 134-148, 2019.

OLIVEIRA, J. D.'Arc de.; SILVEIRA, M. L. da.; BOENO, M. A. Q. Vamos refletir: governança eletrônica é fonte geradora de vantagem competitiva na gestão pública dos municípios?. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 5, p. 8475-8487, 2023.

PANDEY, J.K. Evaluating public service value within collaborative e-governance: a study in the Indian context. **Digital Transformation and Society**, v. 3, n. 2, p. 197-213, 2024.

RIBEIRO, N. P.; CARNIELLO, M. F. Avaliação dos serviços públicos ao município de Teresina disponibilizados por meio do governo eletrônico. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 17, n. 46, p. 37-54, 2021.

SANTOS, N. de M.; SOUZA, E. C. L. de.; Evolução e tendência de estudos sobre governo eletrônico: mapeamento da área – de 1992 a 2018. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 5, p. 1124-1148, out. 2021.

SINCLAIR, A. J.; PEIRSON-SMITH, T. J.; BOERCHERS, M. Environmental assessments in the Internet age: the role of e-governance and social media in creating platforms for meaningful participation. **Impact Assessment and Project Appraisal**, v. 35, n. 2, p. 148-157, 2017.

SINGH, M.; SAHU, G. P. Study of e-governance implementation: a literature review using classification approach. **International Journal of Electronic Governance (IJEG)**, v. 10, n. 3, 2018.

SUMATHY, M. User's perception towards e-governance-a literature review. **Journal of Critical Reviews**, v. 7, n. 11, p. 834-837, 2020.

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. Software Survey: VOSviewer, computer Program for Bibliometric Mapping. **Scientometrics**, v. 84, n. 2, p. 523-538, Aug. 2010.

ZHAO, L.; YAAKOP, M. R. Research on Digital Governance Based on Web of Science-A Bibliometric Analysis. **Frontiers in Political Science**, v. 6, p. 1-16, 2024.

Recebido: 13/12/2022

Aprovado: 11/09/2024

DOI: 10.3895/rts.v20n61.16208

Como citar:

SILVA, Lucas Braga da; SILVA, Mônica Aparecida da Rocha; ALMEIDA, Lia de Azevedo. Alguns apontamentos teóricos e conceituais para reflexões em governança eletrônica: Criação de mapas bibliométricos e revisão sistemática. **Tecnol. Soc.**, Curitiba, v. 20, n. 61, p. 89-111, jul./set., 2024. Disponível em:

<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/16208>

Acesso em: XXX.

Correspondência:

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.



